

HABEAS CORPUS Nº 490.008 - PR (2019/0017406-9)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : TALITA CRISTINA FIDELIS PEREIRA BIAGI
ADVOGADOS : TALITA CRISTINA FIDELIS PEREIRA BIAGI - PR040684
MARCO ANTONIO DE RESENDE BRANDÃO - PR093439
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : FABIANO RODRIGO GOUVEA

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão proferida pela Presidência desta Corte (fls. 1734-1736), que indeferiu o pleito liminar.

Reitera a impetrante a argumentação deduzida na inicial quanto ao aumento da pena em razão da continuidade delitiva. Aduz ser de rigor a redução da fração de aumento para 1/5 (um quinto), considerando a ocorrência de três delitos.

Sustenta que, com a alteração da pena final, fará jus à fixação do regime inicial aberto e, possivelmente, a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Requer, liminarmente, a suspensão de eventual execução provisória da pena até o julgamento final deste *writ* e, no mérito, pugna pelo redimensionamento da pena, com a consequente alteração do regime prisional.

É o breve relatório.

Não há como se reconsiderar a decisão indeferitória.

De fato, não trouxe a impetrante novos argumentos aptos a modificar o que foi decidido, no sentido de se mostrar, a toda evidência, a necessidade de deferimento da liminar pleiteada.

Ademais, afigura-se prudente a análise minuciosa da argumentação trazida na inicial, para que as teses lançadas sejam melhor discutidas quando da apreciação e julgamento do mérito do remédio constitucional pelo Órgão Colegiado, juiz natural da causa.

Ante o exposto, **indefere-se** o pedido de reconsideração.

Remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator